

Neofascismo e o capital internacional: burguesia brasileira associada e o SUS

Leonardo Carnut¹

Resumo: Este estudo realiza uma revisão crítica ensaiando dialeticamente a relação entre o capital internacional e sua relação com o neofascismo e suas repercussões no Brasil em geral e na saúde pública em particular. Neste sentido, este estudo está dividido em quatro seções. A primeira seção trata sobre o papel da crise do capital como gatilho do fascismo em uma chave marxista. A segunda seção aborda como o neofascismo emerge como resposta à dinâmica capitalista na fase neoliberal do capitalismo. A terceira seção apresenta a burguesia associada brasileira e suas relações com os neofascistas e com o capital internacional. A quarta seção apresenta algumas relações entre a burguesia associada e seus interesses em desfinanciar o Sistema Único de Saúde e aproveitar a pandemia do covid-19 para encampar o projeto genocida governamental.

Palavras-chave: Neofascismo, Capital Internacional, Neoliberalismo, Marxismo, Saúde Pública.

Abstract: This study carries out a critical review, testing dialectically the relationship between international capital and its relationship with neo-fascism and its repercussions in Brazil in general and in public health in particular. In this sense, this study is divided into four sections. The first section deals with the role of the capital crisis as a trigger for fascism in a Marxist key. The second section addresses how neo-fascism emerges in response to capitalist dynamics in the neoliberal phase of capitalism. The third section presents the Brazilian associated bourgeoisie and its relations with neo-fascists and with international capital. The fourth section presents some relations between the associated bourgeoisie and its interests in defunding the Unified Health System and taking advantage of the pandemic of the covid-19 to take over the government genocidal project.

Keywords: Neo-fascism, International Capital, Neoliberalism, Marxism, Public Health.

Introdução

Organizar a luta antifascista e elaborar as melhores táticas de enfrentamento nestes anos vindouros não tem sido uma tarefa fácil, especialmente em função das consequências de caráter político que isto implica na complexidade da conjuntura brasileira. Contudo, conforme descrito por Lênin, “sem teoria revolucionária não há movimento revolucionário” (LÊNIN, 1986) e é sob esta insígnia que consideramos que o estágio de compreensão teórica do neofascismo brasileiro ainda precisa avançar na esquerda revolucionária, reservando-nos um desafio do ponto de vista teórico a ser superado.

¹ UNIFESP.

Assim, do ponto de vista político-estratégico, elucidar o neofascismo no Brasil ajudaria a informar coletivos organizados, institucionalizados ou não (POSTONE, 2015) a traçarem táticas de enfrentamento (HARNECKER, 2012). No Brasil, com ascensão do conservadorismo e com a eleição de um candidato que representa esse recrudescer, o debate tem residido nas dúvidas sobre o que está se delineando enquanto fenômeno social propriamente brasileiro.

Contudo, dentre a materialidade vivida, o neofascismo brasileiro não está dissociado do movimento do capital a nível internacional. Pelo contrário, em uma análise marxista, o capital internacional e sua crise é um elemento central na discussão sobre as inflexões que regimes políticos têm vivenciado ao redor do mundo e em diferentes tempos históricos. Seja no fascismo ou neofascismo, o papel que joga o capital internacional e suas organizações, sejam abertamente neofascistas, ou em fascistização, é evidente e são estes os inimigos que devem ser claramente identificados para ajudar o setor progressista a arregimentar as forças sociais necessárias para o enfrentamento deste momento nefasto.

Assim, partindo-se das teses de que o fenômeno neofascista ajuda a edificar uma teoria unitária que ajuda a agregar as pautas progressistas (raça, etnia, gênero, LGBTQIA+, etc.) em uma perspectiva totalizante e de que esta teoria ajuda a desvelar a ligação de todos estes elementos em uma compreensão convergente ao papel do capital internacional na gênese do neofascismo, é que este estudo visa realizar uma revisão crítica sobre a relação entre o capital internacional e sua relação com o neofascismo e suas repercussões no Brasil em geral e na saúde pública em particular.

Neste sentido, este estudo está dividido em quatro seções que visam discorrer sobre essa problemática. A primeira seção tratará sobre o papel da crise do capital como gatilho do fascismo em uma chave marxista. A segunda seção abordará como o neofascismo emerge como resposta à dinâmica capitalista na fase neoliberal do capitalismo. A terceira seção apresentará a burguesia associada brasileira e suas relações com os neofascistas e com o capital internacional. A quarta seção apresentará algumas relações entre a burguesia associada e seus interesses em desfinanciar o Sistema Único de Saúde e aproveitar a pandemia do covid-19 para encampar o projeto genocida governamental. E, por fim, serão feitas algumas considerações finais.

O papel da crise do capital em uma visão marxista do fascismo

Na análise marxista em geral (BOITO JÚNIOR, 2019; BOITO JÚNIOR, 2020; FONTES, 2019; OLIVEIRA, 2018), o fascismo é considerado como uma forma-política

do regime do Estado capitalista no qual a relação de dominação do Estado sobre a sociedade conduz-se por meio da suspensão das “liberdades democráticas” burguesas (BRITO, SOUSA e SILVA, 2019; CALIL 2018). Assim sua manutenção e seus “graus” de fechamento do regime político emergem como única alternativa que a burguesia tem (DEMIER, 2018; MATTOS, 2019; MELO, 2017), no comando do destino do Estado, em face a uma crise capitalista de grande envergadura (SCARTEZINI, 2016; SCHLESENER; MEZAROBBA; ALMEIDA, 2019; SEMERARO, 2019). Por isso, é fundamental ressaltar a ligação orgânica que existe entre o capitalismo, suas estagnações, crises e decadência com o fenômeno fascista.

Diferentemente de uma ditadura tradicional, o fascismo se converte em uma ditadura através de um apoio social. Portanto, ao ocorrer o fechamento do regime político cresce uma legitimação popular que apoia tais restrições democráticas. Esta adesão muitas vezes acontece em função das precárias condições de vida proporcionada pela crise. Esta última característica é um elemento importante que delimita o fenômeno fascista e, que, sem esta mobilização popular fascistizada, não é possível dizer que o fascismo se apresenta enquanto forma-política (por mais que as frações de classe e grupos fascistas estejam presentes na sociedade de forma latente).

Quando se fala de fascismo clássico (ou histórico), Konder (2009) apresenta uma definição mais localizada sócio-historicamente. Ao pensar o fascismo do período entreguerras, o autor o classifica como uma tendência que surge na fase imperialista do capitalismo contemporâneo, que procura se estabelecer nas condições de implantação de um capitalismo monopolista de Estado, exprimindo-se através de uma política favorável à crescente concentração de capital. É um movimento político-social de conteúdo conservador que se disfarça sobre uma máscara “modernizadora”, guiado pela ideologia de um pragmatismo radical, servindo-se de mitos irracionistas e conciliando-os com procedimentos racionalistas-formais de tipo manipulatório (KONDER, 2009).

Em uma perspectiva derivacionista², o papel da crise do capital internacional e sua relação intrínseca com a forma jurídica do Estado capitalista ganham relevo para explicar o fascismo. Para Mascaro (2020), a forma jurídica condenada ao opróbio pela força da conjuntura, demonstrando sinais de esgotamento do direito, juntamente como o

²O derivacionismo é uma corrente de pensamento sobre a relação ‘Estado e capitalismo’, localizado o interior do debate marxista. Evguieni Bronislávovich Pachukanis (1891-1937) foi precursor deste enfoque. Pachukanis foi um jurista soviético que revolucionou a teoria geral do direito a partir desta perspectiva, e, sua análise foi reavivada nos anos de 1970 por autores caudatários de seu pensamento construindo o que hoje é chamado de Teoria Materialista do Estado.

fenecimento do Estado são, respectivamente, índices da agudização da luta de classes e da superação do capitalismo. Estes últimos, ao serem identificados pela burguesia como sinais de desgaste de sua forma dominação política – democracia procedimental – uma vez que não conseguem solucionar estes desgastes parlamentarmente, encaminha-se uma ditadura de classe fascista cuja essência é uma tentativa desesperada de manter as formas sociais capitalistas buscando retardar seu definhamento (MASCARO, 2020).

Assim, sob a crise capitalista mundial, muitas fissuras ideológicas são abertas que desvelam o sentido perverso do modo de produção e que são exploradas pela burguesia ao seu favor. Os manejos repressivos, além daqueles salvacionistas do capital, repercutem nos ânimos das massas como soluções “radicais” que visam reaquecer a economia a passos rápidos (impossíveis de serem dados nos tempos “normais”) e que não se ajustam a cadência das mudanças sociais. Neste sentido, o fascismo se move, em um segundo momento como uma ação supraestrutural, política, do capitalismo em crise e em decadência. É este um último manejo possível antes de uma derrocada, ou seja, já que não consegue resolver suas contradições nos termos do liberalismo, volta-se ao passado, distorcendo-o para fazê-lo substituir o liberalismo já ineficaz (MASCARO, 2020)

Assim, evitando a superação do modo de produção, o fascismo permite expor a democracia, os sistemas parlamentares, as liberdades e o campo político na berlinda para que o capitalismo e a exploração burguesa permaneçam intocados. Nessa mudança, há, sim, algo extremamente real: as alianças militares. Ao adotar essa tática, o capitalismo substitui o velho sistema dos partidos políticos por organizações terroristas do capital, paramilitares e militares em defesa de frações burguesas envolvidas neste projeto. Logo, os interesses dos grandes industriais, do capital financeiro e do militarismo em aliança fazem com que as utopias reacionárias da pequena burguesia (pequenos proprietários – lojistas, artesãos etc.) apareçam como se fossem destes últimos.

É neste sentido que Pachukanis (2020), ao analisar o fascismo italiano, afirma que o fascismo é produto da decomposição da ideologia democrático-burguesa. Para o autor:

as primeiras organizações fascistas tinham por representantes a camada da pequena burguesia em sua maioria. Mas não se tratava da pequena burguesia do desenvolvimento capitalista inicial. Eram, em grande parte, representantes da camada média que cresceu na última década do capitalismo – intelectualidade técnica e servidores. [...] A burguesia, mesmo a mais liberal está pronta para fechar acordo com qualquer que lhe convenha, com qualquer mercenário miliciano, bastando que seja capaz de salvar a sagrada propriedade. (PACHUKANIS, 2020, p. 31-36)

Do ponto de vista prático, os fascistas sabem estabelecer um laço estreito entre eles e o grande capital latifundiário, especialmente para permitir o afluxo de recursos que financiam, comunicação, transporte, até o fornecimento de armas (PACHUKANIS, 2020). Do ponto de vista retórico, os fascistas sempre propõem um programa forte com um misto de “limpeza” com destemperos, mas ao mesmo tempo garante a liberdade absoluta para circulação do capital e definham o monopólio estatal nas circunstâncias onde a previsão de condições mais favoráveis à acumulação capitalista se apresenta (PACHUKANIS, 2020).

Pachukanis (2020) ainda reforça que o crescimento do fascismo depende de um movimento operário desorganizado pela traição dos reformistas e pelas meias-táticas dos líderes centristas que, em conjunto, vão direcionando a estratégia socialista ao declínio. No caso da ditadura fascista na Itália, isto se percebe muito bem, ao ponto que o fascismo foi justificado porque o governo parlamentar foi absolutamente incapaz de conduzir as medidas indispensáveis, necessárias para reequilibrar o orçamento, eliminar o déficit, desenvolver a economia, fortalecer o debilitado aparelho estatal, em resumo, todas aquelas medidas financeiras e administrativas emergenciais que constituem as condições de estabilização capitalista.

Portanto, o exemplo italiano nos demonstra o limite da ação política de esquerda dentro do Estado e como o fato da insistência, apenas nesta via, ajuda contraditoriamente no crescimento da mobilização fascista. O caminho para esquerda derrotar o fascismo parte primordialmente – mas não exclusivamente – da mobilização das massas à esquerda, com organização e criação de lideranças capazes de guiar o extermínio da política fascista. Contudo, o caminho tomado pelas forças revolucionárias deve compreender o papel que capital internacional tem na estrutura do fenômeno fascista com vistas à desarticulá-lo. Afinal como nos lembra Pachukanis (2020):

O fascismo é fruto do estágio imperialista do desenvolvimento capitalista, no qual este último manifesta traços de estagnação, parasitismo e decadência. Disso decorre que o fascismo não está apto a criar formas que proporcionariam um desenvolvimento a longo prazo. O grande capital, em determinadas condições, vê-se obrigado a declinar dos métodos de organização democrática das massas, bem como da ajuda que lhes prestam os sociais-democratas. (PACHUKANIS, 2020, p. 53)

É neste caminho que os autores que se dedicam a compreender como o fascismo dos tempos atuais (também chamado de “fascismo de novo tipo” ou somente “neofascismo”) vem estabelecendo análises sobre o novo período de crise capitalista e

sua relação com a ascensão neofascista. Assim, a preocupação dos dias atuais é entender como o capital, em sua fase de desenvolvimento neoliberal, permite o avanço das forças fascistas em resposta a dinâmica de desaceleração e crise de longa duração (ROBERTS, 2016)

Neofascismo como resposta à dinâmica capitalista no neoliberalismo

A crise de longa depressão e duração descrita por Roberts (2016) tem demonstrado o estágio da crise capitalista e como sua agudização é um elemento que justifica a adoção da tática fascista. É fundamental lembrar que a crise vem se caracterizando por uma crise de “longa depressão” para os próximos 30 anos, partindo-se de 2008. Trata-se de entendê-la como uma combinação entre produto de baixo investimento e baixo crescimento da produtividade decorrente de uma menor lucratividade do investimento em setores produtivos e uma alteração no campo da especulação financeira. O capitalismo mundial experimenta uma profunda depressão com dificuldades para superá-la e é neste ponto em que o neofascismo encontra terreno fértil para germinar (GUAMÁN; MARTÍN e ARAGONESES, 2019; BUENO, 2020)

É essencial lembrar que tanto o neofascismo quanto o próprio fascismo histórico não devem ser interpretados exclusivamente à luz de suas lideranças, mas sim de aspectos conjunturais que se encontram (e se constroem) com o culto à liderança e à mitologia política, forjando uma relação simbiótica entre líderes, Estado e nação. (CALDEIRA-NETO, 2020). Por isso que Fassin (2018) vem batizando o fenômeno que se vive hoje como ‘o momento neofascista do neoliberalismo’. Para o sociólogo, ao contrário das análises de Mouffe, que se recusa a “classificar os partidos populistas³ de direita como ‘extrema-direita’ ou ‘neofascista’”, ele argumenta que o novo tipo de fascismo vivido

³Segundo Löwy (2021), o uso do conceito de “populismo” para expressar o que se vive no mundo com a extrema-direita é um uso equivocado. A crítica ao termo adveio no uso pouco rigoroso por parte de certos cientistas políticos, mídia e até mesmo por parte da esquerda para explicar a natureza dos movimentos neofascistas na Europa, servindo, segundo o autor, apenas para semear confusão. Para ele “na América Latina dos anos 1930 até os anos 1960, o termo populismo correspondia a algo bem específico: governos nacionais-populares ou movimentos ao redor de figuras carismáticas – Vargas, Perón, Cárdenas –, com amplo apoio popular e uma retórica anti-imperialista. Entretanto, o seu uso francês (ou europeu) a partir dos anos 1990 é totalmente um equívoco. Um dos primeiros a usar o termo para caracterizar o movimento de Le Pen foi o cientista político Taguieff, que definiu populismo como ‘um estilo retórico que está diretamente ligado com o apelo ao povo’”. (LÖWY, 2021, p. 4). De fato, o problema do conceito é que ele esvazia o conteúdo histórico-social dos movimentos populares igualando mobilizações de trabalhadores com mobilizações reacionárias. Além disso, o termo, se vale do conceito de “elite” política, ocultando o papel destes dirigentes no sistema produtivo e tendo como mediador a relação entre os governantes e o “povo” (mais uma vez destituído da questão de classe, portanto, obscurecendo a localização social dos sujeitos no debate).

apresenta ancoradouro na dinâmica capitalista do neoliberalismo em sua fase atual (FASSIN, 2018).

Assim, não se trata apenas de uma “fase autoritária” do neoliberalismo, como apontam Boffo, Saad-filho e Fine (2018), já que o cerne da dinâmica capitalista é ser autoritária em si mesma, impondo sua *Weltanschauung* e construindo formas e relações capitalistas em todos os terrenos da vida social. Portanto, segundo Prado (2020), deve-se apostar na recorrência do fracasso neoliberal em conseguir tanto uma reprodução mais célere do sistema quanto uma reprodução pouco conflitiva da vida social como elementos responsáveis pela guinada à extrema-direita. Como bem adverte o autor:

ademais, a estratégia do Estado de consolidação tende também a um processo de esgotamento: o endividamento não pode crescer sempre mais rapidamente do que a geração de mais-valor na esfera da produção mercantil. É aqui, talvez [...] que o neofascismo pode encontrar de fato a sua hora e a sua vez no balanço do poder. Pois, como se sabe, é possível argumentar que economia capitalista no País está tendendo à estagnação completa (estagnação completa de -0,3% ao ano) (PRADO, 2020, p. 5).

Ao identificar o neofascismo no âmbito dos países imperialistas, alguns autores como Prado (2020) afirmam que o ressurgimento do fascismo na Europa não é apenas a consequência de uma hostilidade à imigração, mas um dos resultados da exploração dos países da periferia do capitalismo pelos chamados “governos *civilizados*” (CAMPOS, 2018). Mesmo dentro da Europa o neofascismo veio como uma resposta à crise combinada com a impossibilidade de resolução liberal das contradições de classe, que, lá, estabeleceu-se no irreconciliável ajuste entre demandas sociais e acumulação capitalista.

Logo, o neofascismo europeu não é a repetição do fascismo dos anos 1930: é um fenômeno novo, com características do século XXI. Ele não assume a forma de uma ditadura militar, mas respeita alguns ritos democráticos: eleições, pluripartidarismo, liberdade de imprensa, existência de um parlamento etc. Trata, na medida do possível, de limitar ao máximo estas liberdades democráticas, com medidas autoritárias e repressivas da depender da conjuntura. Tampouco se apoia em tropas de choque armadas, como eram as SA alemãs ou o *fascio* italiano. (LÖWY, 2021). Assim, pode-se dizer que a Europa aprendeu algo com as tragédias dos anos 1930 e 40. Ou, pelo menos aprendeu que não se deve fazer campos de concentração dentro de seu continente, mas fora...⁴ (CAMPOS, 2018).

⁴Campos (2018) relata que “em 2002, os primeiros-ministros Tony Blair e José María Aznar levaram à cúpula da União Europeia a proposta de punir com sanções econômicas os países de origem que

Já no caso dos países de capitalismo dependente, o papel do neofascismo é bem peculiar. Na tentativa legítima de evitar imprecisões analíticas, alguns autores (FONTES, 2019; OURIQUES, 2020) têm insistido em termos como: “conservador”, “autoritário”, “totalitário” e, até sufixos que designam incompletude como: “*protofascista*”, “*semifascista*”, “*hemifascista*” para qualificar a emergência do fascismo nos países latino-americanos. Nós consideramos isto um equívoco já que estes termos soam como eufemismo em relação aos fatos e sua articulação com a totalidade. Além disso, a gestão do medo, a apologia à violência, e, em especial o papel de um Estado contrainsurgente – que flerta constantemente com o fascismo (MARINI, 1978) e atua sempre sob a batuta de uma contrarrevolução preventiva (FERNANDES, 1976; FERNANDES, 1978) – fazem com que as readaptações ou reinterpretções das políticas fascistas tradicionais às novas circunstâncias se tornem uma realidade bem mais agressiva.

Neste sentido, em uma abordagem dialética, Mathias e Salama (1983) já anunciavam que o papel estreito, inconcluso ou incompleto da democracia burguesa (caracterizada por sua ‘legitimidade restrita’) em países de capitalismo dependente como os da América Latina, serve de elemento empírico para justificar que

nos países capitalistas desenvolvidos, o estado de exceção é a ditadura, enquanto o estado normal é a democracia. [Já] nos países **subdesenvolvidos**, o **estado de exceção** é a **democracia**, ao passo que o **estado normal** são os **regimes políticos de legitimidade restrita**. O Estado desempenha um papel particular na difusão das relações mercantis nos países subdesenvolvidos. [...] A distinção entre o Estado e sua forma – o **regime político** – permite evitar, por um lado, as teorizações mecanicistas, até mesmo deterministas, e idealistas; e por outro lado, impede que se reduza o Estado a um sujeito ou a um objeto (MATHIAS e SALAMA, 1983, p. 10) [grifos nossos]

Dito isto, a hipótese principal que os estudiosos levantam é que o neofascismo na periferia seria a resposta do bloco dominante transnacionalizado às contradições da mundialização neoliberal, com a conclusão de que o neofascismo periférico do século XXI corresponderia à ‘fase superior’ do neoliberalismo, a última etapa do imperialismo,

permitted that their peoples become ‘undesirable immigrants’ in Europe. The proposal caused scandal because it explicitly stated the desire that governments of countries in Africa, for example, transform themselves into ‘prisons for their citizens’. The new model of State for the Third World, in the proposal of Blair and Aznar, would be one that, in addition to fulfilling the traditional task of guaranteeing the supply of raw materials for the First World at low cost, would be responsible for watching over their inhabitants so they did not try to escape the misery provoked by this very low cost. Poor nations would be turning large fields of labor into forced labor, with their citizens being prevented from fleeing. Not for nothing, the *Criminal Alien Deportation Enforcement Act*, a bill proposed by the Republican congressman Brian Babin, provides not only economic sanctions, but also a suspension of visas for residents of countries whose governments do not demonstrate competence in preventing the ‘illegal’ emigration of their citizens.” (CAMPOS, 2018, p. 5).

nos países latino-americanos (MARTÍN, 2020). Neste sentido, o papel que joga a legitimidade restrita de seus regimes políticos aliados a essência contrainsurgente do Estado, faz com que o neofascismo na América Latina tenha um caráter muito mais destrutivo do que ocorre nos países de capitalismo central.

Isto pode ser verificado empiricamente por meio de algumas diferenças. Por exemplo, nos países centrais europeus o neofascismo⁵ focou-se, em uma primeira versão, contra o Estado de bem-estar social, pelo peso dos impostos e por meio de um “identitarismo”⁶ nacionalista anti-imigração que vê no “outro” (não-europeu) a raiz da dissolução de suas vidas (VIEL, 2021; CAMPOS, 2018). Beinstein (2018) chama este fenômeno de ‘neofascismo defensivo’. Contudo, isto não retira dos países europeus o caráter dialético desta relação, já que, da mesma forma que no fascismo clássico a burguesia italiana se aliou ao capital inglês no sentido de garantir a manutenção dos privilégios desta classe na terra do *Duce* (PACHUKANIS, 2020), no neofascismo europeu, a Grécia rendeu-se aos pacotes de austeridade do FMI e os países do leste europeu se viram reféns da política protecionista da zona do euro. Assim, mesmo na Europa, estes países são vistos como a “escória” do velho mundo e, que, portanto, suas populações são ‘intrusos dentro de casa’ e que, portanto, não devem sair de seu lugar.

Já na América Latina, o neofascismo é dotado de um caráter ‘autodestrutivo’ (BEINSTEIN, 2018) tornando-se ainda pior do que nos países de capitalismo central. Se, em condições “normais” de regime legitimidade restrita, os países latino-americanos vivem sob a revelia de uma burguesia associada que sobrevive da transferência de mais-valor da periferia para o centro provocando com isso uma superexploração do trabalho; em tempos de neofascismo ela desvela seu caráter pró-imperialista em absoluto e ainda, contraditoriamente, é conclamada de forma “ufanista” pela classe média e frações da classe trabalhadora mais atingidas pela crise que, fascistizadas, endossam politicamente

⁵Para Löwy (2021, p. 2), “uma tentativa de tipologia da extrema-direita europeia atual teria de distinguir pelo menos três tipos diferentes: 1) Partidos de caráter diretamente fascista e/ou neonazista: por exemplo, o Aurora Dourada, da Grécia (recentemente dissolvida); o Setor Direito, da Ucrânia; o Partido Nacional Democrata, na Alemanha; e várias outras forças menores e menos influentes; 2) Partidos neofascistas, isto é, com raízes e fortes componentes fascistas, mas que não podem ser identificados com o padrão fascista clássico. É o caso, em diferentes formas, do Rassemblement Nacional, da França; do FPÖ, da Áustria; e do Vlaams Belang, da Bélgica, entre outros, e; 3) Partidos de extrema-direita que não possuem origens fascistas mas compartilham do seu racismo, xenofobia, retórica anti-imigrante e islamofobia.

⁶O identitarismo na Europa vem apresentando uma diferença na concretude dos fatos em relação ao que ocorre no Brasil. Enquanto no velho mundo o identitarismo está relacionado com um nacionalismo ufanista dos Estados europeus, baseada na assunção de serem os principais herdeiros da cultural ocidental, no Brasil, o identitarismo assume outra posição, ligada à identidade de gênero-sexualidade e raça-etnia, gerando concepções mais contra-hegemônicas sobre a herança cultural e material em relação à ideologia capitalista.

tamanha subserviência. Neste contexto, sem um “outro” para responsabilizá-lo pela crise, há a necessidade de encontrar alguém a quem culpabilizar, e, claro, destilar ódio direcionando a violência. O culpado passa a ser o próprio cidadão compatriota que, por algum critério (econômico, étnico-racial ou moral) – por exemplo: os pobres, os negros, os povos originários ou, ainda, os homossexuais – passam a ser o motivo da crise e cuja existência deve ser eliminada (CARNUT, 2020a).

Dado as características particulares de cada conjuntura doméstica (CARNUT, 2020), o neofascismo no Brasil assume um aspecto muito semelhante ao relatado. Loff, ao ser entrevistado por Viel (2021), não hesita em classificar o governo de Jair Bolsonaro como representante do neofascismo. “O discurso que tem sobre os movimentos sociais e políticos que se lhe opõem, sobre as mulheres, as minorias étnicas, a família, a nação, o Ocidente configura um neofascismo adaptado ao Brasil do século 21” (VIEL, 2021, p. 3). Para Löwy (2021), o que Bolsonaro tem em comum com o fascismo clássico é o autoritarismo, a preferência por formas ditatoriais de governo, o culto ao chefe (“mito”) Salvador da Pátria, o ódio à esquerda e ao movimento operário. Mas não dispõe de condições de estabelecer uma ditadura, ou seja, de um regime fascista. Neste sentido, não se pode dizer que no Brasil de 2021 haja um “regime fascista”, mas, sim, vive-se um ‘governo neofascista’. Seu desejo, abertamente evocado por seus filhos, seria de impor um novo AI-5, dissolvendo o Superior Tribunal Federal (STF) e colocando fora da lei sindicatos e partidos de oposição. Mas lhe falta, ainda, o apoio tanto das classes dominantes quanto das Forças Armadas, pouco interessadas, por hora, em uma nova aventura ditatorial (LÖWY, 2021).

O neofascismo brasileiro, na atual conjuntura político-econômica, também tem forte apelo entre segmentos importantes da massa pobre marginalizada, totalmente precarizada e sem qualquer tipo de organização política (trabalhista, partidária etc.). Ainda, o presidente Jair Bolsonaro, sensibiliza parte da população jovem desinformada e despolitizada, mas que tem presença nas redes sociais e que enxerga nele um “comportamento supostamente transgressor”, distinto dos demais políticos profissionais – em geral desmoralizados (FILGUEIRAS, 2018).

O movimento neofascista brasileiro é um processo leviatânico produzido por uma heterogênea coalizão sociopolítica e político-institucional do capitalismo neoliberal no Brasil, na qual as diversas frações da burguesia se alinharam na conjuntura de múltiplas determinações, caracterizada pela crise de estagnação da economia; pela luta de classes de cima para baixo das classes proprietárias contra as reformas sociais (em uma sociedade

extremamente desigual) e contra as lideranças da esquerda com elas comprometidas; pela presença de um partido de trabalhadores com vocação e experiência governista e com respaldo no eleitorado; e pela crise dos partidos tradicionais da democracia brasileira, especialmente o PSDB e o PMDB, além do próprio PT (IANONI, 2019).

Esse processo político leviatânico não se apoderou plenamente do Estado, mas seu impacto vem fechando o regime, a tal ponto em que a fronteira entre democracia e autoritarismo no Brasil está borrada (IANONI, 2019). Assim, o breve “verão lulista” e a constituição de uma assim chamada sociedade de classe média ajudaram a adubar ainda mais o terreno para o crescimento do neoliberalismo enquanto processo de constituição de sujeitos (PUZONE, 2019) potencialmente aderentes às aparentes retóricas de “centro” do neofascismo brasileiro (CARNUT, 2020).

O neofascismo, portanto, não é a *causa* da crise econômica, mas *resultado* e *produto* dela; surge como uma suposta solução para remediar os males produzidos pelo capitalismo neoliberal financeirizado, mas que na verdade aprofunda o problema, aguçando ainda mais a crise: a sua agenda econômica é uma radicalização do neoliberalismo (mais do mesmo do que já vem sendo feito há quatro décadas, uma espécie de ultraneoliberalismo⁷), cujas reformas e políticas econômico-sociais produziram as sucessivas crises localizadas (em países e regiões) ao longo dos anos 1990 e início dos anos 2000 e, finalmente, a crise mundial de 2008. Na verdade, a pseudossolução oferecida é o ataque à democracia liberal e as suas instituições, através da constituição e mobilização de um movimento de massa (típica de todos os fascismos), do uso de milícias digitais e da propagação de mentiras e confusão nas redes sociais (típicas do neofascismo) com o auxílio do negacionismo⁸ (FILGUEIRAS e DRUCK, 2020) e deslegitimação da

⁷Ultraneoliberalismo é um conceito em desenvolvimento e que encontra justificativa empírica nos termos descritos por Boffo, Saad-Filho e Fine (2018) sobre o momento histórico compreendido como “virada autoritária” do neoliberalismo, intensificando as políticas de defesa do mercado, com ampliação da restrição de gastos públicos. Para estes autores, o neoliberalismo precisa do conservadorismo radical e do autoritarismo para tornar-se ‘ultra’ já que as fases anteriores de “instalação” e de “subjetivação” do neoliberalismo não foram suficientes para superação da crise capitalista de longa duração.

⁸Para Diethelm e McKee (2009) o negacionismo é o emprego de argumentos retóricos para dar a aparência de debate legítimo onde não há. A negação é um processo que emprega alguns ou todos os cinco elementos característicos em uma forma combinada: 1) a conspiração: não se admite que os achados das pesquisas foram encontrados em função dos estudos dos cientistas de forma controlada, ética e, principalmente independente, mas sim porque fazem parte de uma conspiração complexa e secreta. Existe também uma variante da teoria da conspiração, que é o *inversionismo*, ou seja, inverter o processo da relação causal no qual uma causa vira consequência e vice-versa. Exemplo: não são as condições de vida e trabalho que produzem as condições de salubridade-adoecimento mas que certas condições de salubridade-adoecimento são geradoras das condições de vida e trabalho que as pessoas conseguem no mercado; 2) o uso de falsos especialistas costuma ser complementado pela difamação de especialistas e pesquisadores estabelecidos; 3) a terceira característica é a seletividade, valendo-se de artigos isolados que desafiam o consenso dominante ou destacando as falhas nos artigos mais fracos; 4) a criação de expectativas impossíveis sobre o que a

ciência (DIETHELM e MCKEE, 2009) substituindo-as pelo irracionalismo de teorias conspiracionistas⁹ (MARTIN, 2020) – tudo isso soldado por uma agenda cultural e moral retrógrada, fundamentalmente heteropatriarcal (PARINETTO, 2020), pautada no fundamentalismo evangélico (em especial o neopentecostal) de natureza pré-moderna (FILGUEIRAS e DRUCK, 2020).

Burguesia associada e relações dos neofascistas com o capital internacional

O neofascismo no Brasil, paralelamente a sua articulação internacional, é um movimento político originado na alta classe média, que esteve de fora do programa neodesenvolvimentista, impactada pela crise econômica e pela crise política, esta oriunda das denúncias de corrupção no governo propagadas pela grande imprensa. O movimento tomou corpo nas manifestações pela deposição do governo Dilma a partir da vitória deste governo nas eleições de 2014, levando à frente a palavra de ordem “Fora PT” (BUGIATO, 2020).

Após a quarta vitória do PT nas eleições presidenciais de 2014 e a quarta derrota do PSDB, tradicional aliado do imperialismo e representante da burguesia associada, estes, ainda diante da possibilidade da candidatura de Lula para 2018 e 2022, promoveram a aliança com o crescente movimento neofascista contra as políticas dos governos do PT. O capital internacional e a grande burguesia brasileira associada confiscaram esse movimento de classe média para, no caso do capital estadunidense e dos segmentos da grande burguesia brasileira a ele associados, perfilar o Estado e a economia brasileira ao lado dos Estados Unidos.

A Lava Jato como verniz de legalidade dos métodos de exceção ajudou a cooptar a classe média despolitizada. Dificilmente haveria êxito eleitoral de Bolsonaro em 2018 sem um caminho de legitimação com verniz “racional-legal” pavimentado de modo estratégico pelas medidas de exceção tomadas pela Operação Lava Jato, liderada pelo então juiz de primeira instância à época, Sergio Moro. De uma maneira geral existe um

pesquisa pode oferecer. Por exemplo, aqueles que negam a realidade das mudanças climáticas apontam para a ausência de registros precisos de temperatura antes da invenção do termômetro. Outros usam a incerteza intrínseca dos modelos matemáticos para rejeitá-los inteiramente como meio de compreender um fenômeno; 5) o uso de deturpações e falácias lógicas como as falsas analogias e a falácia do meio excluída. Há diversas provas no âmbito da ciência sobre o uso do negacionismo como forma de atender aos interesses corporativos de grandes empresas como no caso da indústria tabagística (em relação ao nexo causal entre fumo e cânceres) e de extração de petróleo (em relação às mudanças climáticas).

⁹Ao lidar com as “teorias conspiracionistas”, entender sua razão tática é essencial. Martin (2020) aponta que as lutas contra as teorias conspiracionistas podem ser analisadas em termos das táticas que poderosos perpetradores usam para reduzir a indignação sobre a injustiça. Para isso usam o encobrimento, a desvalorização, a reinterpretação, os canais oficiais e a intimidação/recompensas.

raciocínio pelo qual a classe média adere ideologicamente aos princípios que fundamentam a operação. O mecanismo, em linhas gerais, deve-se ao fato de que a classe média, para justificar sua condição privilegiada na divisão do trabalho e na estratificação social, apresenta uma disposição estrutural a negar qualquer movimento – seja legal (cotas) ou ilegal (corrupção política) – que pareça contornar as “regras do jogo” na disputa por renda e postos de trabalho social e economicamente valorizados no mercado e no Estado (CAVALCANTE, 2020).

Assim, após o golpe institucional de 2016 que destituiu a presidenta Dilma Rousseff, e com o presidente ilegítimo Temer, o conteúdo da política externa, da política econômica e da política social do Estado brasileiro passou a priorizar exclusivamente os interesses do grande capital internacional, principalmente o estadunidense, e dos segmentos da burguesia brasileira a ele associados, e em atender também, embora secundariamente, outros segmentos da burguesia brasileira, dinâmica que continua no governo Bolsonaro, eleito em 2018.

Com avanço do neofascismo na sociedade civil e o sentimento antipetista na classe média, Bolsonaro ganhou as eleições. Mesmo assim, Bolsonaro tem certeza de que ainda está distante de estabelecer um regime neofascista, uma ditadura militar ou um regime bonapartista, por isso, ao assumir o poder, vai testando as instituições democráticas burguesas para saber até onde essas instituições são sólidas para suportar seus ataques. Sem entendimento histórico e/ou formação política, os fascistas se acham acima dos partidos e das classes sociais (SANTOS NETO e SILVA, 2020) e com foco na ação de guerrilha deslegitimam as instituições no sentido de favorecer a adesão à intervenção militar.

Neste cenário, o imperialismo e a burguesia brasileira associada são os sujeitos que passam a ocupar o poder de Estado e a hegemonia do bloco no poder. A eleição de Jair Bolsonaro para presidência da república solidifica a aliança entre a burguesia associada e o imperialismo com o movimento neofascista, um movimento ativo que forma um governo cuja chefia está entregue ao principal representante desse movimento, o atual presidente da república. Assim, a hegemonia do capital internacional e dos segmentos da burguesia brasileira a ele associados se encontram na ordem do dia do Estado brasileiro. A burguesia interna, que foi a fração hegemônica nos governos do PT, sofreu derrotas e foi deslocada para uma posição subordinada no interior do bloco no poder. Como já apontamos, nesse caso, a despeito da intervenção política massiva de uma classe social intermediária, o centro do processo político foram os conflitos entre frações

da burguesia: burguesia associada e capital internacional *versus* a burguesia interna (BUGIATO, 2020).

O governo desde então, especialmente na conjuntura da pandemia, tem apostado na ultrapolarização do debate econômico em mescla ao debate sanitário expondo as frações burguesas em disputa. Neste reposicionamento, dois núcleos de poder ficaram evidentes: um núcleo de poder, claramente neofascista constituído pela burguesia comercial e de serviços (“Movimento” Brasil 200), pela burguesia industrial (CNI, Fiesp) e pelo agronegócio (CNA, Faesc, Faep, Farsul, Faemg, Aprosoja-MT, Abrafrigo). Este núcleo defende o isolamento vertical, é contra as proteções sociais e trabalhistas acirrando a contraposição entre os riscos do covid-19 *versus* as perdas econômicas. Este núcleo está em disputa com outro núcleo de poder que é constituído pelas seguintes frações burguesas: o capital bancário nacional, a burguesia financeira associada, a indústria automotiva (Anfavea), as telecomunicações (SindiTeleBrasil), a indústria de alimentos e supermercados (ABIA, ABRAS, APAS) e os pequenos e médios produtores rurais (Faesp, Famato, Famasul, Faeg). Este grupo defende o isolamento social como meio mais eficaz para a recuperação da economia (VALLE e DEL PASSO, 2020).

Por isso, é possível afirmar que Bolsonaro não tem outra moral que não seja a imoralidade da subserviência aos interesses do agronegócio, do grande capital e do imperialismo norte-americano (SANTOS NETO e SILVA, 2020). Em entrevista com Armando Boito Júnior, Irineu e Nogueira (2020), ressaltam a responsabilidade do protagonismo da esquerda em reverter este processo. Do ponto de vista dos interesses que representa, essa ofensiva política do neofascismo representa os interesses do capital internacional e da burguesia associada contudo a esquerda ainda parece não ter claro esta relação. Mesmo no cenário de “ultraneoliberalismo na economia e fascismo na política” ainda não se chegou a uma ditadura fascista contudo a esquerda permanece desarticulada com vistas a cometer um erro teórico e político real que é subestimar o perigo que nos ameaça.

Burguesia associada, Sistema Único de Saúde e covid-19: um projeto genocida

O desfinanciamento do Sistema Único de Saúde (SUS) a partir da promulgação da Emenda Constitucional 95 (EC-95) foi a primeira ação estritamente neofascista diretamente relacionada à saúde pública no intuito de articular interesses da burguesia

associada, neofascistas e o capital internacional¹⁰ (MENDES e CARNUT, 2020). Mesmo sob diversos ataques à saúde pública, tanto do ponto de vista de financiamento quanto do ponto de vista de sua lógica organizativa mesmo antes do golpe institucional de 2016 (CARNUT e MENDES, 2020), o momento neofascista na saúde pública tem nesta EC seu marco inicial.

A articulação dos grupos empresariais por meio de uma trama complexa de relações tem sua expressão condensada na chamada “Coalizão Saúde” (<http://icos.org.br/quem-somos/associados-2/>), grupo de associações e empresas¹¹ que convergem no intuito de mercantilização dos serviços de saúde em relações público-privadas embricadas com ações governamentais, partidos políticos e, claro na execução da política de saúde no SUS em todos os níveis de atenção.

Em que pese que o mix público-privado seja preconizado no SUS desde o nascedouro (Art. 199), e encontre diversas expressões na organização do sistema, o tema, relacionado ao momento histórico vivenciado com o neofascismo, encontra nesta coalizão sua expressão mais fascistizada. Conforme dados de Bravo, Pelaez e Menezes (2020), ainda no:

governo Temer [houve] articulação efetiva com o setor empresarial de saúde. O documento “Coalizão Saúde Brasil: uma agenda para transformar o sistema de saúde”, divulgado em 2017, elaborado pelo Instituto Coalizão Brasil, objetiva construir um novo sistema de saúde para o Brasil e defende a tese de que os setores público e privado precisam construir uma rede integrada de cuidados contínuos, a qual pressupõe maior participação da iniciativa privada na gestão dos serviços. O início deste processo data de 2014, primeiramente com a participação da Associação Nacional de

¹⁰Mendes e Carnut (2020, p 193-194) admitem que “A EC-95, ao congelar o gasto público em saúde por 20 anos, exige do capital sua readaptação. Assim, com o mercado de planos de saúde em desaceleração, com o impedimento constitucional de expansão da incorporação tecnológica na média e alta complexidade do sistema público, com o esgotamento da gestão terceirizada, inclusive na atenção primária, nos grandes centros urbanos do Brasil (como Rio de Janeiro e São Paulo), o novo nicho de acumulação de capital em larga escala no sistema de saúde se dá, nesta conjuntura, prioritariamente na atenção primária em todo o país. Por isso, ter adiante desta empreitada um governo federal que leve a cabo este projeto, requer, para além das lógicas formais da democracia burguesa, **medidas de dominação política fascistas** diante da resistência que o capital encontrará” [grifo nosso].

¹¹Fazem parte: Abott (Laboratórios), Abimed (Associação da Empresa da Indústria de Alta Tecnologia de Produtos para Saúde) Sinaemo (Sindicato da Indústria de Artigos e Equipamentos Odontológicos, Médicos e Hospitalares do Estado de São Paulo), Abim (Associação da Indústria Brasileira de Dispositivos Médicos), Abraid (Associação Brasileira de Importadores e Distribuidores de Produtos para Saúde), Abramed (Associação Brasileira de Medicina Diagnóstica), Abramge (Associação Brasileira de Planos de Saúde), Sociedade Israelita Albert Einstein, Amil, Anaehp (Associação Nacional de Hospitais Privados), AsQ, Boehringer Ingelheim, Cbexs (Colégio Brasileiro de Executivos da Saúde), CMB (Confederação das Santas Casas e Hospitais Filantrópicos), CNS (Confederação Nacional de Saúde), Dasa (Startups na área da saúde), EMS (Empresa Farmacêutica), FBH, FenaSaúde (Federação Nacional de Saúde Suplementar), Fundação Faculdade Medicina, Grupo Fleury, Grupo Sabin, Novartis, Intefarma, Siemens Healthineers, Hospital Sírio Libanes, Johnson&Johnson, Pfizer, Oncoclinicas, Sanofi, Sindusfarma (Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos), Unimed.

Hospitais Privados, em articulação com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), e, em julho de 2014, surge o Coalizão Saúde. Avalia-se que o objetivo da criação desta articulação foi influenciar nas eleições (BRAVO, PELAEZ e MENEZES, 2020, p. 197-198).

Em março de 2020 com a decretação de emergência sanitária em função da pandemia do novo coronavírus, Bolsonaro e seu núcleo neofascista viu na covid-19 a possibilidade de manter um estado de ‘crise permanente’ que justifique o peso da mão militar na condução do Estado especialmente com forma de iludir o público mais despolitizado. Aliado a concentra sensação de perda de capacidade de compra e desemprego em alta da classe trabalhadora mais precarizada e uma classe média de ranço neoescravocrata, a oportunidade de manipular politicamente a pandemia em uma retórica genocida (como “apenas uma gripezinha”) contou um uma burguesia associada ao seu projeto de maneira contundente.

Especialmente os representantes que acessaram postos no Estado lideraram, ainda que em um primeiro momento, posições convergentes ao projeto genocida. Estes personagens que assumiram a pasta da saúde importam muito neste debate e por isso nomeá-los e identificar suas relações são dados essenciais para compreender a conjuntura. Luiz Henrique Mandetta, ortopedista com breve passagem como médico de um hospital militar, primeiro ministro da saúde de Bolsonaro, é ligado aos planos privados de saúde (Unimed) e, quando deputado, votou a favor do golpe que depôs a ex-presidenta Dilma Rousseff. Ele foi exonerado por não consentir a flexibilização do isolamento social, o que deixou a esquerda liberal descontente, pois, para este grupo do espectro político, mesmo sendo um representante direto da burguesia médica privada, Mandetta mantinha posturas técnicas e científicas no enfrentamento ao problema (CARNUT, MENDES e GUERRA, 2020).

Com a demissão de Mandetta, em seguida assumiu Nelson Teich, oncologista, empresário ligado ao lobby da indústria farmacêutica. Sem nenhuma experiência pregressa de gestão pública do SUS, ainda assim, Teich foi aclamado pela Associação Médica Brasileira como um nome avalizado para assumir o cargo. Sob forte pressão de Bolsonaro para assinar o protocolo de uso da cloroquina no tratamento da COVID-19, Teich não assinou e pediu exoneração em apenas 90 dias de trabalho em função destas pressões. Percebe-se que, até mesmo os legítimos representantes dos interesses do capital não sobreviveram ao traço neofascista de Bolsonaro (CARNUT, 2020b).

Com o processo de desfinanciamento do SUS e o caminho pavimentado, ainda pelo governo de Lula-Dilma com o projeto de lei dos planos acessíveis (PL n. 7419/2006), foi permitindo o avanço do setor privado na saúde que se aproveitou na crise sanitária para florescer seus negócios. A morosidade proposital da capacidade de enfrentamento institucional do Ministério da Saúde à pandemia, com os problemas de operacionalização do SUS e da aquisição de insumos fundamentais, reforçou uma busca por atendimento privado (testes diagnósticos, máscaras especiais, álcool gel, equipamentos médico-hospitalares entre outros) reaquecendo o mercado privado.

Não obstante, parte do empresariado bilionário como Jorge Neval Moll Filho, da (Rede D'Or, com US\$ 11,3 bilhões); Dulce Pugliese de Godoy Bueno (Amil, com US\$ 6 bilhões); Pedro de Godoy Bueno (Dasa, com US\$ 3 bilhões); Maurizio Billi (Eurofarma, com US\$ 1,4 bilhão) aproveitaram a situação de terra arrasada no SUS para lucrar com a demanda que drenada ao seu setor (LAPORTA, 2021). O caso mais expoente deste avanço dos negócios da saúde com a crise sanitária foi do grupo Hapvida que teve um crescimento de 62,7% da receita líquida, chegando a R\$ 2,1 bilhões, durante a pandemia de coronavírus. Hapvida fez ainda uma série de empreendimentos recentes como a compra do grupo São Francisco, maior operadora de saúde do Brasil. Candido Pinheiro Koren de Lima, do Hapvida (US\$ 3,7 bilhões); Jorge Pinheiro Koren de Lima, do Hapvida (US\$ 1,8 bilhão) e Candido Pinheiro Koren de Lima Junior (US\$ 1,8 bilhão) são seus sócios, (MAGNO, 2020) alguns deles ligados o grupo Colizão Saúde.

É importante lembrar que os fascistas não chegam ao poder sozinhos, logo o apoio de uma burguesia associada, aqui no caso, ao setor saúde, que encampe seu projeto é essencial na sustentabilidade política do espectro neofascista no governo. Em troca do apoio da máquina estatal em avançar com os negócios da burguesia sanitária aumentando sua rentabilidade, esta burguesia é omissa e mantém-se sendo cúmplice do seu projeto de genocídio carregado por um “núcleo duro” conforme explicitado na seção anterior.

Contudo, alguns são fascistas explícitos. Especialmente a comunidade médica tem aventado nomes que sustentem a ligação orgânica desta categoria com o governo Bolsonaro. Isto foi verificado com a posição de membros da cúpula do Conselho Federal de Medicina (CFM) que aconselham diretamente o governo Bolsonaro e permitem que o CFM promova cursos sobre falsos tratamentos para covid-19 e, ainda, protegendo médicos negacionistas. Segundo Lara (2020):

médicos que insistem em prescrever remédios sem eficácia comprovada para a doença se preparavam para pregar o chamado tratamento precoce em uma *live* promovida pelo grupo Médicos pela Vida. Na programação, havia um convidado ilustre: o vice-presidente do Conselho Federal de Medicina, **Emmanuel Fortes**, escalado para falar no primeiro painel do evento (LARA, 2020, p. 3) [grifo nosso].

Segundo Lara (2020, p. 3), “Fortes acabou cancelando o compromisso e foi substituído pelo colega Fernando Pedrosa, presidente do Conselho Regional de Medicina, o CRM, de Alagoas”. A discussão sobre o “tratamento precoce” destinada nestes cursos relaciona o papel de medicamentos “preventivos” ao covid-19, sabidamente sem eficácia científica comprovada como no caso da hidroxicloroquina, ivermectina e azitromicina. em agosto de 2020. Estes “treinamentos” no uso dos medicamentos para tratamento da covid-19 tem também rendido ganhos financeiros aos organizadores:

Se isso tivesse sido feito quando o tratamento precoce com cloroquina, azitromicina e ivermectina provou-se falso, conforme mostram estudos mais recentes e consolidados, os médicos poderiam ter sido orientados a parar de receitá-lo. Mas não é mais novidade que os conselhos ignoraram essas responsabilidades durante a pandemia. O presidente do CFM, Mauro Ribeiro – acusado pelo Ministério Público do Mato Grosso do Sul de ter faltado a 873 plantões e embolsado o dinheiro desses expedientes na Santa Casa¹² –, veio a público em janeiro deixar claro que médicos não seriam proibidos de receitar medicamentos comprovadamente ineficazes para covid, muito menos punidos por isso (LARA, 2020, p. 4).

Mesmo sob a evidência de ineficácia destes medicamentos, no final do mês de maio, foi publicado, às pressas e de forma autoritária pelo MS, um protocolo para o uso da cloroquina, inclusive em espaço ambulatorial, como por exemplo na Atenção Básica. Protocolo esse que abrange todos os casos clínicos de infecção por COVID-19, incluindo os mais leves (ZANHOLO e MENDES, 2020). Neste sentido, o projeto de morte do neofascismo se capilariza pela Atenção Primária em todo o país levando uma “possibilidade de cura” que na realidade, sendo inócua, deixa o usuário à mercê da própria sorte. Este traço perverso, segundo Jardim (2020) é típico de todo fascista. A palavra perverso detém a ideia de má versão da vida o seu sentido mais simples. Assim, podemos afirmar que os fascistas, neofascistas são pervertidos e tem relativo prazer por situações mórbidas. O prazer pelo macabro pode ser simbolizado por passeatas em que carregam caixões celebrando a morte, como aconteceu na Avenida Paulista e na famosa declaração de que é preciso matar 30 mil pessoas para que o “Brasil dê certo”.

¹²As Santas Casas são complexos hospitais de ensino que, por lei, são considerados filantrópicos, mas apresentam diversas relações com o setor privado lucrativo, inclusive fazendo parte da Coalizão Saúde.

Especialmente sobre a ofensiva do capital na atenção primária (forma de capilarizar sua ação via SUS), novas formas de privatização, inclusive do espaço físico e sua propriedade estão em jogo. Em polêmica e arbitrária atuação, o governo Bolsonaro em conjunto com Paulo Guedes (Ministro da Economia) promulgaram o Decreto 10.530/2020. Na “letra da lei” este Decreto, escrito de forma sintética com um artigo apenas, dispõe sobre a “qualificação” da política de fomento ao setor de atenção primária à saúde no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República. Seu objetivo, segundo seus próprios dizeres, é assegurar a elaboração de “estudos de alternativas” de *parcerias com a iniciativa privada* para a construção, a “modernização” e a operação de Unidades Básicas de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (MENDES e CARNUT, 2020).

Mesmo sendo revogado dois dias depois após forte reivindicação do campo sanitária progressista, artistas e movimentos via mídias sociais fizeram pressão além de partidos políticos do campo da esquerda. Entretanto o principal determinante desta revogação parece ter sido o clima de desentendimento entre o Ministro da Saúde à época, militar da ativa General Pazuello que se sentiu “atropelado” já que ninguém na pasta sabia desta intenção. Estas ações ditatoriais pegaram de surpresa inclusive o próprio secretário da Atenção Primária à Saúde, à época, o médico fascistizado Rafael Parente, que, em áudio vazado, assumiu não ter ciência de tal decisão. Mesmo, sob esta revogação, o projeto de aniquilar o *ethos* público da SUS e abrir espaço para o seu “núcleo duro” (representado majoritariamente pelo agronegócio) sobrevive no Decreto 10.531/2021 (promulgado no mesmo ato) que não foi alvo de revogação e que está associado ao projeto herbicida representado pelo neofascismo do Bolsonaro (LÖWY, MICUSSI e AGUIAR, 2020).

É pertinente lembrar que no contexto do desmonte de direitos sociais que assistimos pelo governo neofascista Bolsonaro, a saúde tem sido atacada constantemente. Em sintonia com as tendências internacionais (Relatório do Banco Mundial) e o documento ‘Propostas de Reformas do Sistema Único de Saúde Brasileiro’, apresentado na Câmara dos Deputados, com foco na atenção primária. Esta tem sido apontada como um novo lócus de acumulação de capital, particularmente, no que tange ao aprofundamento das formas de intensificação do trabalho e drenagem do gasto público aos modelos privatizantes de gestão (MENDES e CARNUT, 2019).

Todos estes atos demonstram a complexidade e pluralidade do fenômeno neofascista brasileiro e como ele se expressa no setor saúde. A especificidade doméstica

do fenômeno e suas formas particulares se engendram classes e permite-nos dizer que o momento neofascista do neoliberalismo brasileiro encontra sua ascensão em Bolsonaro. Portanto, o rótulo neofascista do governo Bolsonaro não deveria surpreender de modo algum. Pesquisas demonstram a sobrevivência do fascismo integralista em linhagens de classes sociais e organizações neofascistas de hoje (DORIA, 2020). Claro que, como coloca Mattos (2020) esperar clones precisos e replicantes biorrobóticos do fascismo entreguerra é uma grande ilusão. Contudo, existem várias evidências históricas que comprovam que o neofascismo que encontrou terreno para ascender após a crise do capital em 2008 tem ligações orgânicas com seu passado Goebbelsiano (a la Roberto Alvim – Ex-Ministro da Cultura de Bolsonaro). Essas são apenas algumas evidências que demonstram a nova formação política do tipo “fascista explícito” vivenciada no Brasil de Jair (MENDES e CARNUT, 2020).

É essencial entender que o autoritarismo neofascista mantém uma forte base social. (FUENTES, 2020). Contudo é necessário ponderar que, para os defensores, das ideias de “onda conservadora” ou de “ofensiva reacionária” que norteiam a eventual necessidade de aproximação com o campo petista entoadada por esta esquerda liberal não pode ser vista como única através de uma ampla unidade contra o “neofascismo”. Este diagnóstico advém de um suposto cenário que expressaria uma grande unidade da burguesia em seu projeto de ataques aos trabalhadores e ao “campo de esquerda”, no qual estariam inclusos setores que governaram o Brasil por anos. A radicalização dessas ideias leva à proposição rasa na qual existe uma burguesia brasileira unificada em uma grande conspiração imperialista contra um governo popular, defendida mesmo perante a total falta de evidências dessa hipótese (MAGALHÃES, 2018).

A unidade de esquerda e suas formas concretas de ação podem incluir uma frente ampla, mas com as devidas delimitações programáticas. O tensionamento à esquerda para o enfrentamento ao neofascismo brasileiro requer propostas mais amplas e menos fragmentadas, mais radicais e menos conciliatórias. A história não perdoaria a esquerda de hoje e os progressistas que a ela se somam caso não desenvolvam sequer a habilidade para unificar forças contra o neofascismo brasileiro (JARDIM, 2021).

Considerações finais

Na visão marxista, o neofascismo é um tipo de fascismo que rememora elementos muito fundamentais do fascismo clássico, entretanto, é readaptado e reinterpretado na conjuntura vigente. Mas no cerne de sua gênese, a questão da crise é central enquanto

mobilizadora de um movimento social e de uma forma de dominação política à extrema-direita.

Entender o neofascismo ajuda a pensar na teoria unitária de como fazer enfrentamento conjunto, sem fragmentar pautas. Se conseguirmos entender o neofascismo que vivemos hoje dentro dessa chave unitária, podemos convergir forças sociais importantes para o enfrentamento do problema. É importante lembrar que os fascismos se sustentam com o endosso popular das camadas médias e de parte da classe trabalhadora, que creem, por exemplo que no caso da saúde, desfinanciá-la é um para a superação do estado de crise.

Do ponto de vista do capital internacional, seja na Europa ou no Brasil, suas feições ganham diferenças reais na materialidade dos fatos, mas sua essência é a mesma. Os neofascistas não se sustentam sozinhos, mas através de uma rede de frações burgueses fascistizadas que veem no neofascismo uma saída da crise do capitalismo neoliberal de longa duração auferindo lucros vertiginosos com a indignação de muitos, especialmente em cenários de devastação como no caso do coronavírus. Afinal, a diferença entre o fascista e o burguês é que aquilo que o burguês faz lamentando, o fascista faz sorrindo... mas, no final das contas, fazem exatamente o mesmo: destruir a classe trabalhadora.

Referências

BEINSTEIN, Jorge. Neofascismo e decadência: o planeta burguês à deriva. Tradução: Partido Comunista Brasileiro (PCB). 2019. Acesso em 07/03/2021. Disponível em: <https://iela.ufsc.br/noticia/neofascismo-e-decadencia-o-planeta-burgues-deriva>

BOFFO, Marco; SAAD-FILHO, Alfredo; FINE, Ben. Neoliberal Capitalism: The Authoritarian Turn. **Socialist Register**, Canada, v. 55, p. 312-320, 2019.

BOITO JÚNIOR, Armando. O neofascismo já é realidade no Brasil. 2019. Acesso em 07/03/2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/19/artigo-or-o-neofascismo-ja-e-realidade-no-brasil>

BOITO JÚNIOR, Armando. Por que caracterizar o bolsonarismo como neofascismo?. **Crítica Marxista**, Campinas, n.50, p.111-119, 2020.

BRAVO, Maria Inês Souza; PELAEZ, Elaine Junger; MENEZES, Juliana Souza Bravo. A Saúde nos governos Temer e Bolsonaro: Lutas e resistências. **SER Social**, Brasília, v. 22, n. 46, p. 191-209, 2020.

BRITO, Renata de Queiroz; SOUSA, Joseline Rodrigues de; SILVA, João Pedro Ferreira da. Fascismo e neofascismo: da tragédia à farsa tropical. 2019. Acesso em 07/03/2021. Disponível em: <http://www.inscricoes.fmb.unesp.br/upload/trabalhos/201982914522.pdf>

BUENO, Roberto. União indissociável: neoliberalismo & neofascismo. 2020. Acesso em 03/03/2021. Disponível em: <https://redept.org/artigos/Roberto-Bueno/uniao-indissociavel-neoliberalismo--neofascismo>

BUGIATO, Caio. Ensaio sobre a burguesia associada no Brasil. 2020. Acesso em: 01/03/2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/odela/2020/09/29/ensaio-sobre-a-burguesia-associada-no-brasil/>

CALDEIRA NETO, O. Neofascismo, “Nova República” e a ascensão das direitas no Brasil. **Conhecer: Debate entre o Público e o Privado**, Fortaleza, v. 10, n. 24, p. 120-140, 2020.

CALIL, Gilberto. Dez notas iniciais depois da eleição de Bolsonaro. 2018. Acesso em 07/03/2021. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2018/10/29/dez-notas-iniciais-depois-da-eleicao-de-bolsonaro/>

CAMPOS, Rogério de. Uma inovação brasileira: o fascismo servil. 2018. Acesso em: 01/03/2021. Disponível em: https://diplomatique.org.br/uma-inovacao-brasileira-o-fascismo-servil/?fbclid=IwAR3oIJafHCcwZ6uZrI8pUSqRN4NXc6Id5jBcl0Lf5pTcg3vDd0r_cSS7-E

CARNUT, Leonardo. SUS e o coronavírus: uma breve análise de conjuntura. Trabalho & Saúde: **Revista do DIESAT**. 2020b. Acesso em: 27/05/2021. Disponível em: https://diesat.org.br/wp-content/uploads2/2020/07/REVISTA_TS_-_numero_44.pdf

CARNUT, Leonardo. Neofascismo como objeto de estudo: contribuições e caminhos para elucidar este fenômeno. **Semina. Ciências Sociais e Humanas (Online)**, Londrina, v. 41, p. 81-108, 2020a.

CARNUT, Leonardo; MENDES, Áquilas. Estado, golpe e regime político: o dilema institucionalismo versus historicização na saúde. **Izquierdas (Santiago)**, v. 49, p. 3631-3648, 2020.

CARNUT, Leonardo; MENDES, Áquilas; GUERRA, Lúcia Dias da Silva. Coronavirus, Capitalism in Crisis and the Perversity of Public Health in Bolsonaro’s Brazil. **International Journal of Health Services**, USA, v. 50, p. 1-13, 2020.

CAVALCANTE, Sávio. Classe média e ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro. **Crítica Marxista**, Campinas, n. 50, p.121-130, 2020.

DEMIER, Felipe Abranches. Quando a burguesia opta pela força: considerações de Trotsky sobre bonapartismo e fascismo. 2018. Acesso em 07/03/2021. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2018/09/26/quando-a-burguesia-opta-pela-forca-consideracoes-de-trotsky-sobre-bonapartismo-e-fascismo/>

DIETHELM, Pascal; MCKEE, Martin. Denialism: what is it and how should scientists respond? **European Journal of Public Health**, United Kingdom, v. 19, n. 1, p. 2-4, 2009.

DORIA, Pedro. **Fascismo à brasileira**: como o integralismo maior movimento de extrema-direita da história do país se formou e o que ele ilumina sobre o bolsonarismo. São Paulo: Grupo Planeta, 2020.

FASSIN, Éric. The neo-fascist moment of neoliberalism. 2018. Acesso em 01/03/2021. Disponível em: <https://braveneweuropa.com/eric-fassin-the-neo-fascist-moment-of-neoliberalism>

FERNANDES, Florestan. O modelo autocrático-burguês de transformação capitalista. In: _____. **A revolução burguesa no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar, 1976, p. 289-366.

FERNANDES, Florestan. Padrões de dominação externa na América Latina. In: _____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1975. p. 11-32.

FILGUEIRAS, Luiz. A Economia Política do fascismo. 2018. Acesso em 01/03/2021. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/a-economia-politica-do-fascismo/>

FILGUEIRAS, Luiz; DRUCK, Graça. EUA: o neofascismo perde seu farol. 2020. Acesso em 03/03/2021. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/analise/67484/eua-o-neofascismo-perde-seu-farol>

FONTES, Virgínia. O núcleo central do governo Bolsonaro: o proto-fascismo. 2019. Acesso em 07/03/2021. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2019/01/08/o-nucleo-central-do-governo-bolsonaro-o-proto-fascismo/>

FUENTES, Pedro. Um triunfo democrático: primeiras notas sobre o resultado das eleições nos Estados Unidos. 2020. Acesso em 21/04/2021. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2020/11/um-triunfo-democratico-primeiras-notas-sobre-o-resultado-das-eleicoes-nos-estados-unidos/>

GUAMÁN, Adoración; MARTÍN, Sebastián; ARAGONESES, Alfons. **Neofascismo. La bestia neoliberal**. Espanha: Ediciones Akal, S.A., 2019.

GUIMARÃES, Karoline Claudino; PEREIRA, Maíra Carvalho. Neoliberalismo e fascismo: o paradigma perverso do bolsonarismo. Revista Eletrônica Interações Sociais, Rio Grande, v. 4, n. 1, p. 30-47, 2020.

HARNECKER, Martha. **Estratégia e tática**. São Paulo: expressão popular. 2012.

IANONI, Marcus. Crise do capitalismo, democracia e neofascismo no Brasil: um conjunto de interseção. 2019. Acesso em 01/03/2021. Disponível em: <http://anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/mr-10/mr12-1/12015-crise-do-capitalismo-democracia-e-neofascismo-no-brasil-um-conjunto-de-intersecao-autor-marcus-ianoni/file>

IRINEU, Bruna Andrade; NOGUEIRA, Leonardo. Avanços do conservadorismo e neofascismo no Brasil recente – entrevista como Armando Boito Júnior. **Revista Direitos, Trabalho e Política Social**, Cuiabá, v. 6, n. 10, p. 352-362, 2020.

JARDIM, Ítalo. Por quem os sinos dobram. 2020. Acesso em: 27/05/2021. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2020/05/por-quem-os-sinos-dobram/>

KONDER, Leandro. **Introdução ao fascismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

LAPORTA, Thais. Quem são os 11 novos bilionários brasileiros na lista da Forbes em 2021. Acesso: 08/04/2021. Disponível: <https://investnews.com.br/geral/quem-sao-os-11-novos-bilionarios-brasileiros-no-ranking-da-forbes-2021/>

LARA, Bruna de. Cúpula do CFM é peça-chave da tragédia que nos levou a 290 mil mortos por covid-19. Acesso em: 19/03/2021. Disponível em: <https://theintercept.com/2021/03/19/cfm-290-mil-mortos-por-covid-19/>

LENIN, Vladimir Ilich. Duas táticas da social-democracia na revolução democrática. In: ____. **Obras escolhidas (em 3 volumes)**. São Paulo, Alfa-Ômega, 1986, p. 381-472.

LÖWY, Michel. Dois anos de desgoverno – a ascensão do neofascismo. Acesso em 01/03/2021. Disponível em: http://www.ihu.unisinos.br/606674-dois-anos-de-desgoverno-a-ascensao-do-neofascismo-artigo-de-michael-loewy?fbclid=IwAR0WuPawKKRgITD2LESwBpe_K2FPSFvMHTPnLSAzYFoqunZbLMATR-Uj-jM

LÖWY, Michel; MICUSSI, Pedro; AGUIAR, Thiago. “A questão ecológica muda a nossa compreensão do que é o socialismo”. 2020. Acesso em 01/03/2021. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2020/04/a-questao-ecologica-muda-a-nossa-compreensao-do-que-e-o-socialismo/>

MAGALHÃES, Bruno. É hora de afirmar o PSOL! 2018. Acesso em 01/03/2021. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2018/09/e-hora-de-afirmar-o-psol/>

MAGNO, Alan. Lista da Forbes: dos 238 bilionários brasileiros, 16 são cearenses. Acesso: 21/09/2020. Disponível: <https://www.opovo.com.br/noticias/economia/2020/09/21/lista-da-forbes--dos-238-bilionarios-brasileiros--16-sao-cearenses.html>

MARINI, Ruy Mauro. O Estado de contrainsurgência. **Cuadernos Políticos**, México, n. 18, p. 21-29, 1978.

MARTIN, Brian. Dealing with Conspiracy Theory Attributions. **Social Epistemology**, United Kingdom, v. 34, n. 5, p. 409-422, 2020.

MARTÍN, Rafael Domínguez. Crisis orgánica, dependencia y neofascismo periférico en América Latina. ensayo de presentación e interpretación. **Bajo el Volcán: Revista del Posgrado de Sociología**. BUAP, México, v. 2, n. 3, p. 9-75, 2020.

MASCARO, Alysson Leandro. Prefácio. In: PACHUKANIS, Evguiéni B. **Fascismo**. São Paulo: Boitempo, 2020. p. 9-24.

MATHIAS, Gilberto; SALAMA, Pierre. **O Estado superdesenvolvido**: ensaios sobre a intervenção estatal e sobre as formas de dominação no capitalismo contemporâneo. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

MATTOS, Marcelo Badaró. Mais que uma analogia: análises clássicas sobre o fascismo histórico e o Brasil de Bolsonaro. In: DEMIER, Felipe; CISLAGHI, Juliana Fiuza. (org.). **O neofascismo no poder (ano I)**: análises críticas sobre o governo Bolsonaro. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 17-45.

MATTOS, Marcelo Badaró. **Governo Bolsonaro**: neofascismo e autocracia burguesa no Brasil. São Paulo, Usina Editorial, 2020.

MELO, Demian Bezerra de. As reflexões de Gramsci sobre o fascismo e o estudo da direita contemporânea: notas de pesquisa. NIEP-Marx, 2017. Acesso em 07/03/2021. Disponível em: <http://www.niepmarx.blog.br/MManteriores/MM2017/anais2017/MC45/mc454.pdf>

MENDES, Áquilas; CARNUT, Leonardo. A Atenção Primária à Saúde Privada do Decreto presidencial n. 10.530/2020. 2020. Acesso em: 27/05/2021. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2020/10/a-atencao-primaria-a-saude-privada-do-decreto-presidencial-no-10-530-2020/>

MENDES, Áquilas; CARNUT, Leonardo. O neofascismo bolsonarista e a demolição da saúde universal: o novo modelo de financiamento para a Atenção Primária à Saúde. 2019. Acesso em: 27/05/2021. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2019/10/o-neofascismo-bolsonarista-e-a-demolicao-da-saude-universal-o-novo-modelo-de-financiamento-para-a-atencao-primaria-a-saude/>

MENDES, Áquilas; CARNUT, Leonardo. Crise do Capital, Estado e Neofascismo: Bolsonaro, saúde pública e atenção primária. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 57, set.-dez., p. 174-210, 2020.

OLIVEIRA, Gênesis. Algumas considerações sobre as pesquisas: o fascismo como tendência do capital-imperialista na sua fase de financeirização. 2018. Acesso em 07/03/2021. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2018/10/07/algumas-consideracoes-sobre-as-pesquisas-o-fascismo-como-tendencia-do-capital-imperialista-na-sua-fase-de-financeirizacao/>

OURIQUES, Nildo. A estabilidade burguesa e a crise brasileira. 2020. Acesso em: 05/03/2021. Disponível em: <https://revolucaobrasileira.org/11/08/2020/a-estabilidade-burguesa-e-a-crise-brasileira/>

PACHUKANIS, Evguiéni B. **Fascismo**. São Paulo: Boitempo, 2020.

PARINETTO, Luciano. Nazi-Fascism and Anal Repression: from the body and revolution in Marx: death, the devil and anality. **Barricade: A Journal of Antifascism and Translation**, EUA, v. 1, n, 3, p. 65-90, 2020.

POSTONE, Moisey. Historia e indefensión: movilización de masas y formas contemporâneas de anticapitalismo. **Encrucijadas: Revista Crítica de Ciências Sociais**, Salamanca, n. 10, p. 1-23, 2015.

PRADO, Eleutério F. S. Neofascismo e neoliberalismo. 2020. Acesso em 01/03/2021. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/neofascismo-e-neoliberalismo/>

PUZONE, Vladimir. A ascensão do neofascismo entre a crise das esquerdas e os sujeitos neoliberais. 2019. Acesso em 03/03/2021. Disponível em: <http://anpocs.org/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/mr-10/mr12-1/12016-a-ascensao-do-neofascismo-entre-a-crise-das-esquerdas-e-os-sujeitos-neoliberais-autor-vladimir-puzone/file>

QUEIROZ, Fábio José de. O neofascismo e a tragédia no Amazonas. Acesso em 01/03/2021. Disponível em: <https://esquerdaonline.com.br/2021/01/15/o-neofascismo-e-a-tragedia-no-amazonas/?fbclid=IwAR1lesJOVrpWBnM6LuwiUH04ZZJcfPw-z4j00ZJNTXZci6-zTYmQdJvRmBc>

ROBERTS, Michael. **The long depression: how it happened, why it happened, and what happens next**. Chicago: Haymarket Books, 2016.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos; SILVA, Renato Cavalcante. Pandemia e labirinto do neofascismo no governo Bolsonaro. In: SANTOS NETO, Artur Bispo dos; FERNANDES, Elaine Nunes Silva. **Coronavírus e crise do capital: impactos aos trabalhadores e à natureza**. Goiânia-GO: Editora Phillos Academy, 2020. p. 56-91.

SCARTEZINI, Natalia. A fascistização da indignação: as manifestações de 2015 no Brasil. **Cadernos de Campo**, Marília, v. 20, p. 183-206, 2016.

SCHLESENER, Anita Helena; MEZAROBBA, Gilson; ALMEIDA, Tariani Maria Garcia. Reflexões sobre o fascismo e a violência no Brasil: a situação das classes trabalhadoras no momento de crise orgânica do capital. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 11, n. 2, p. 25-35, 2019.

SEMERARO, G. La restaurazione in Brasile: um fascismo neoliberalista. **Crítica Marxista**, Roma, v. 1, p. 31-41, 2019.

VALLE, André Flores Penha; DEL PASSO, Octávio Fonseca. As frações burguesas na crise do covid-19: apontamentos preliminares. Acesso: 01/06/2020. Disponível em: https://esquerdaonline.com.br/2020/04/15/fracoes-burguesas-crise-covid-19-coronavirus-fiesp-empresarios-skaf-havan-unicamp/?fbclid=IwAR0xycRAclUdgiNWHBEu2Ri_3MZMNQHCGvw3SGDvk793A8YwKj0k71-vqX8

VIEL, Ricardo. Entrevista com Manuel Loff: “O bolsonarismo é o neofascismo adaptado ao Brasil do século 21”. Acesso em: 01/03/2021. Disponível em: https://apublica.org/2019/07/o-bolsonarismo-e-o-neofacismo-adaptado-ao-brasil-do-seculo-21/?fbclid=IwAR3baEsQI7Dlk7RuavJqTzpx0b7F_2HPMmTzuwHGj_lz22FiMFZwQXyelul

ZANHOLO, Vivian Cristina Borges; MENDES, Samara Jamile. Cloroquina e os efeitos adversos da atual conjuntura política. **JMPHC. Journal of Management & Primary Health Care**, Uberlândia, v. 12, p. 1-9, 5 nov. 2020.